



Meio Ambiente no jornal O Povo em Fortaleza: de 1976 a 2007¹

Janayde de Castro Gonçalves²
Universidade de Fortaleza - Unifor

Resumo

Uma das discussões políticas mais pertinentes na mídia tem sido as que envolvem o tema ecologia. É no calor desse debate que o papel do comunicador torna-se indispensável na reforma de um desenvolvimento ecologicamente correto e socialmente justo. Problemas, desastres ecológicos, tragédias e Dia Mundial do Meio Ambiente são as principais pautas do jornalismo ambiental. Este setor de cobertura em O Povo é o objeto de estudo desta pesquisa, que tem como objetivo analisar a cobertura dada pelo veículo sobre as questões ambientais, o recorte são as quatro últimas décadas. É feita ainda uma análise do período de janeiro a junho de 2006 enfocando as manchetes de capa e os espaços no jornal dedicados ao tema. O principal referencial teórico é o estudo sobre critérios de noticiabilidade nas obras de Nelson Traquina (2005) e Mauro Wolf (1995).

Palavras-chave

Jornalismo impresso; jornalismo ambiental; critérios de noticiabilidade; manchete; jornal O Povo.

Introdução

Atualmente existem três jornais diários em circulação em Fortaleza. O Estado, O Povo e Diário do Nordeste. Elegemos o jornal O Povo como veículo a ser analisado por nele existir um espaço fixo quanto à cobertura ambiental. Atualmente, as matérias sobre ecologia e meio ambiente são publicadas, em sua maior parte, nas páginas da editoria de cidades, em um suplemento semanal e em uma coluna, por isso foi feito contato com os respectivos jornalistas responsáveis por esses espaços para conhecer como o jornal em pesquisa está organizado quanto à cobertura ambiental.

O jornal O Povo existe há 79 anos em Fortaleza é o jornal mais antigo de Fortaleza, e o primeiro também a destinar um espaço fixo para o jornalismo ambiental,

¹ Trabalho apresentado no III Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação

² GONÇALVES, Janayde de Castro. Estudante de graduação em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade de Fortaleza (Unifor).



este espaço no caso, é a coluna Ecologia, já mencionada na pesquisa. Com o número médio de 125 páginas, o jornal tem uma tiragem média de 20 a 25 mil exemplares.

A maioria dos veículos de comunicação se estrutura em editorias, no caso dos impressos, a estruturação em editorias é uma divisão que representa uma barreira para uma boa cobertura ambiental. O Povo se diferencia, porque trabalha uma noção de núcleos, mas ainda existe a divisão em editorias, embora a intenção seja a princípio, de aproximar temáticas. O núcleo Cotidiano, por exemplo, reúne os cadernos Fortaleza, Ceará, Esportes e Ciência & Saúde, onde os repórteres do núcleo podem participar de qualquer um dos cadernos.

É consenso entre os autores pesquisados, que o meio ambiente não está recebendo tratamento adequado pela grande mídia, principalmente a impressa. Precisamos levar em consideração uma série de elementos que podem contribuir para uma melhor cobertura. Faz-se aqui uma análise da cobertura do jornal O Povo nas últimas quatro décadas e em cinco casos que foram manchetes de capa em 2006, busca-se revelar os principais fatores que podem influenciar a captação e a divulgação da mensagem ambiental, e como eles refletem a realidade dos jornais em Fortaleza.

1.1 - Década de 70

Os primeiros registros de notícias ambientais no banco de dados do jornal O Povo datam de 1976 porque publicações anteriores a essa década não podem ser encontradas no setor de pesquisa do jornal.

O jornal O Povo de 29 de Janeiro de 1976 traz uma matéria com o seguinte título: “Ocupação do solo e preservação do meio ambiente”:

Num momento em que avultam os atentados contra a ecologia e o urbanismo os jornais abrem espaço para noticiar um fato de certo modo auspicioso: a realização de estudos por parte da Sudec com vista à instalação de uma estação ecológica em área do litoral cearense. De acordo como a informação inserida por este jornal logo abaixo da denúncia de destruição de mais uma duna do litoral de Fortaleza, “ a medida vem ao encontro da política implantada pelo Governo Federal visando à preservação do meio ambiente que, aqui tem encontrado apoio naquele órgão do Governo do Estado. (O Povo, 29/01/1976)

O movimento ambientalista inicia-se notoriamente em Fortaleza no final da década de 70, quando surgiram várias entidades que lutavam em defesa das praias e áreas verdes. Em paralelo, o jornal O Povo denunciava as principais devastações que

podiam ser vistas na cidade, ao dar voz ao ambientalista, professor e arquiteto Jorge Neves, que relatou:

Já faz algum tempo que se iniciou a depredação dos pontos mais atrativos da cidade, começando pelos edifícios de maior gabarito em altura na Beira Mar, sem previsão de alargamento da via paralela ao mar: pela ocupação anárquica das dunas do Mucuripe, pelo avanço sobre as dunas do Farol novo, pela destruição das dunas da Praia do Futuro em toda a sua extensão. E mais, recentemente, pela voracidade dos especuladores do solo, além do Cocó, na direção de Aquiraz, onde a vegetação de fixação das dunas foi arrancada e os tratores liquidam coqueiras e fazem quarteirões de 400 mil cruzeiros em terras da Marinha, ou seja, à beira-mar. Não fora o aspecto especulativo que já merece enérgica intervenção das autoridades, destruição ecológica já seria suficiente para deter o avanço dos negócios imobiliários em nome de interesses comunitários e da própria riqueza. (O Povo, 07/02/1976)

Nesta década surgia o Movimento S.O.S Cocó, assim como várias entidades que lutavam pela preservação e criação da Área de Preservação Ambiental (APA) do Rio Cocó. Depois de vários anos de manifestações e reivindicações, a APA foi assinada e foi criado o Parque Ecológico do Cocó, em 1989. Além deste grupo, havia em 1977, a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema), merecendo destaque em manchete de jornal:

SOCEMA: “Prefeitura vende área paisagística da Água Fria ao BNB”. Com um ano de funcionamento, a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (Socema) já conseguiu atuar de forma surpreendente através de denúncias de ilegalidades ecológicas. (...) Agora, com reuniões quinzenais na Casa Amarela, a Socema inicia mais uma batalha: evitar que a área desapropriada pela Prefeitura Municipal para preservação paisagística seja vendida ao Banco do Nordeste, que pretende construir ali, uma área verde situada ao lado da Avenida Washington Soares, pouco depois da Ponte do Rio Cocó, sua sede administrativa. E a Socema vai ter que enfrentar mesmo uma batalha, porque a Prefeitura já está negociando com a diretoria do BNB. (O Povo, 28/08/1977)

Os debates e eventos sobre meio ambiente em Fortaleza eram férteis na década de 80 e os jornais contribuía para o fomento. Em 1981, através de um decreto do Presidente da República, todo o Brasil comemorou a Semana do Meio Ambiente. No dia 5 de Junho deste ano, no Dia Mundial do Meio Ambiente e da Ecologia, Fortaleza comemorou pela primeira vez a Semana do Meio Ambiente. Os jornais noticiaram as amplas atividades e debates que movimentaram o povo e as autoridades governamentais. Na semana em questão, o jornal O Povo promoveu um debate sobre a defesa do meio ambiente e colocou em relevância a variedade dos problemas que deviam ser enfrentados na época. Levantaram ainda, questões sobre os estudos do

assunto e sobre a possível extinção do Curso de Ecologia da Universidade Estadual do Ceará, não regulamentado pelo MEC, que terminou inevitavelmente por deixar de existir.

1.2 - Década de 80

Na década de 80, entidades ambientalistas e movimentos sociais que compõem o Fórum Cearense do Meio Ambiente lutaram contra a construção da sede do Banco do Nordeste do Brasil numa planície flúvio-marinha, às margens do rio Cocó onde hoje situa-se o Parque Adahil Barreto, na rua Major Virgílio Borba, na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará.

O movimento ambientalista do Ceará está fortemente ligado a esse importante rio urbano, que corta a cidade de Fortaleza desde o 4º Anel Rodoviário (Ancuri) até o mar, entre as praias do Caça e Pesca e Sabiaguaba, com uma bacia que corresponde a dois terços da área do Município. O Cocó começou a atrair a atenção ainda nos anos 70, e a luta por sua preservação foi marcada pela criação do Parque Adahil Barreto, onde seria construída a sede administrativa do Banco do Nordeste, em 1977. Posteriormente, o movimento foi retomado com o slogan “SOS Cocó”, que reuniu, na década de 80, diversos atores da sociedade civil, até que o Governo do Estado anunciou, em 1989, a criação do Parque Ecológico do Cocó, que ainda hoje não existe de direito (Diário do Nordeste, 6/6/2003)

O Movimento S.O.S Cocó, em 1985, conseguiu o embargo da construção de 30 edifícios, de nove andares cada um nas salinas daquela área. Desde que o movimento surgiu, era mais complicado se conseguir vitórias porque não se falava tanto em preservação ambiental. O antigo movimento teve conotação política e apesar de ter se dispersado na década de 90, sempre chamou a atenção dos meios de comunicação para a questão ambiental. O Movimento SOS Cocó, assim como O Fórum Cearense do Meio Ambiente tiveram uma atuação decisiva, a reunião de pessoas que promoviam movimentos eventuais influenciava a mídia local para o tema em questão.

Em 1988, iniciava-se em Fortaleza a instalação de empreendimentos predatórios nas praias e ao mesmo tempo, a primeira Conferência Estadual do Meio Ambiente. O jornal O Povo, além de noticiar a conferência, chamava a atenção para as manifestações da sociedade contra os hotéis que se erguiam. O Partido Verde (PV), distribuía carta aberta à população onde dizia: “Não à ocupação predatória do nosso litoral; não ao turismo que privatiza as praias”. O projeto Saint Tropez des Tropiques era criticado por



transformar a praia do Cumbuco em colônia de férias exclusiva de europeus e norteamericanos. Prosseguindo o alerta, ressaltavam: “Não se deve permitir que o rio Cocó seja aterrado para dar lugar a uma ponte ligando a Praia do Futuro à Sabiaguaba, destruindo mangues e dunas. Este empreendimento só serve aos grandes projetos turísticos dos especuladores imobiliários que estão no poder”. O PV declarava também não aceitar o desrespeito com que se estava sendo construído o Marina Park, na avenida leste-oeste privatizando a praia, a praça e tudo que estava em volta, comprometendo o comportamento do mar com um aterro sem limites. E ainda, não aceitavam a privatização do Porto das Dunas feita pelo empreendimento Beach Park. Tudo isso, era noticiado pelo jornal O Povo, em 6 de Junho de 1989, e alertava com chamada: “Pobres e Ricos têm culpa na devastação”.

1.3- Década de 90

Em 1991, jovens estudantes de Comunicação Social e Direito da Universidade Federal do Ceará estavam no terceiro ano do curso e produziram um programa na Rádio Universitária FM chamado Catavento, que tinha como foco básico e principal na questão de educação ambiental. O slogan do programa era “Programa Catavento, programa que fala de ecologia”. A proposição do programa era de tentar massificar a importância da discussão ambiental.

Em 1997, houve a implementação no Jornal o Povo da coluna Ecologia, um espaço aberto para a inserção do movimento ambientalista no estado do Ceará, participavam da coluna os já jornalistas do Programa Catavento.

2 - Coluna Ecologia

A coluna ecologia começou a ser publicada em 1997 por iniciativa de Roberto Hipólito e Edgar Patrício. Inicialmente os colunistas eram remunerados, hoje a coluna é uma produção voluntária assinada apenas por Edgar Patrício. A coluna sai no caderno Ciência e Saúde todos os domingos, na página 2. É composta por um informe principal, que geralmente ocupa metade do espaço da coluna, seguida de notas informativas, factuais e textos opinativos.



As principais fontes do colunista são os movimentos sociais e organizações não governamentais, como o Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido, que compõem vários grupos que discutem desenvolvimento e sustentabilidade.

A coluna exerce uma importante função social ao dar voz a comunidades que encontram dificuldades em se pronunciar, pois o acesso à Internet ou meios de comunicação “pelos comunitários é complicado”.

A regionalidade é característica tanto da coluna quanto do próprio O Povo, que descreve em seu guia:

A defesa das aspirações e dos valores da Região, prolongamento do conceito maior de nacionalidade, incorporou-se às tradições de O Povo, desde os tempos de seu fundador. A defesa dos interesses regionais e o combate ao subdesenvolvimento constituem a projeção natural das expectativas dirigidas para a consolidação de um pacto federativo justo e harmonioso. (ANTUNES, 2003. p.306)

2.1 - Batendo na mesma tecla em 2007

De acordo com Edgar Patrício a coluna é um espaço dedicado à discussão das temáticas sociais relacionadas às questões ambientais como ecologia, desenvolvimento sustentável e as lutas vividas no semi-árido. A coluna repercute debates sobre a implantação de empreendimentos de impacto sócio-ambiental, mudanças climáticas, energias renováveis, destruição de comunidades tradicionais e os rumos da cidade.

Por sua natureza, a atividade jornalística é investigativa, pois em essência envolve a apuração dos fatos, edição e posterior divulgação, mas quando tratamos de jornalismo ambiental, o caráter investigativo se torna mais evidente. A prática de reportagem especializada em revelar fatos que se encontram ocultos ao conhecimento público, especialmente transgressões e casos de omissão, que podem eventualmente virar notícia, são aspectos peculiares do jornalismo ambiental que podem ser encontrados na coluna Ecologia.

È característica na coluna a repetição de temas, ou seja, o debate sobre determinada questão é argumentado e re - argumentado, com o objetivo de “trazê-las para o dia - a - dia e não esquecer a importância das discussões ambientais” (Patrício, 2007).

Retomando nossas conversas	10.02.07
O Estado e o aquecimento global	17.02.07
A variação climática e o semi-árido	24.02.07
Maceió é aqui. Destruição de comunidades tradicionais também	03.03.07



Variações climáticas e desigualdades regionais	10.03.07
Mudanças climáticas e o semi-árido	17.03.07
Por uma nova cultura da água	24.03.07
A construção civil e as mudanças climáticas	31.03.07
A preocupação com as mudanças climáticas	14.04.07
Mudanças climáticas e biocombustíveis	21.04.07
Pelas mulheres de Caetanos de Cima e Maceió	28.04.07
Pelas mulheres de Caetanos de Cima e Maceió?	05.05.07
Organizações manifestam preocupação com empreendimento	12.05.07
Novo manifesto	19.05.07

Tabela 3.2: colunas Ecologia de fevereiro a maio de 2007

3 - Caderno Ciência e Saúde

O Ciência e Saúde é um suplemente semanal do Jornal O Povo, publicado aos domingos em cinco ou seis páginas, entrou em circulação no dia 23 de outubro de 1994.

A proposta do Ciência e Saúde envolve a qualidade de vida, holismo, meio ambiente, fauna e flora, informação alimentar e educação ambiental, temas que estão intimamente ligados à saúde. O suplemento trata não só de acontecimentos factuais, ele busca orientar o leitor a contribuir para a saúde ambiental, bem como a cuidar do corpo, do seu ambiente e sempre com uma perspectiva de prevenção.

Quanto às fontes, os órgãos ambientais não pautam o jornal. É mais frequente a procura do jornal a eles, do que eles ao jornal. Os especialistas das universidades são as principais fontes do jornal. (Oliveira, 2002, p. 49) reafirma o uso frequente de fontes institucionais no jornalismo científico, “um vício recorrente no jornalismo científico é o oficialismo excessivo das fontes de entidades governamentais de pesquisa, na que predominam no cenário científico brasileiro”.

A cada ano, no Dia Mundial do Meio Ambiente, o caderno aborda um tema ambiental. Os principais assuntos tratados nos cadernos especiais de meio ambiente de 1998 a 2006 no dia 5 de junho foram:

Tema	Ano
Problemas ambientais do planeta	1998
Agricultura orgânica	1999



Cidade sustentável	2000
A estreita relação do consumo e do meio ambiente	2001
Mudança de paradigma - cuidar do meio ambiente é uma ação relacionada aos atos cotidianos	2002
Meio ambiente e Cidadania (educação e saúde)	2003
Energia Alternativa	2004
APAs no Ceará	2005
Bichos de Fortaleza	2006

Tabela 1.3: cadernos Ciência e Saúde sobre meio ambiente de 1998 a 2006

Tempo é um fator descrito por (Souza, 2002) como um valor notícia tanto para um acontecimento da atualidade como para um acontecimento que já teve lugar no passado ou sempre possui, como nas datas comemorativas.

Para ele, datas como a do Dia Mundial do Meio Ambiente representam bem esta hipótese. Assim, pode-se perceber que esta data, como momento de reflexão e participação em relação à questão ambiental serve de pauta fixa para os jornais. “Assim temos a proliferação de Dia da Criança ou Dia do Ambiente (...) estes são cabides para justificar falar do assunto, ou seja, torna natural constituir esse acontecimento ou fato em valor-notícia” (Souza, 2002, p. 59).

4 - Critérios de noticiabilidade

Que idéia de meio ambiente os jornais fornecem? Como se associam os termos usados nas manchetes aos conceitos que se criam sobre as questões ambientais? Estas indagações giram em torno do *newsmaking*, uma abordagem que se desvenda em meio ao trabalho dos jornalistas, à organização da produção jornalística e aos processos de produção. As notícias são constituídas por acontecimentos, mas o mundo é repleto de acontecimentos, obviamente. Quais devem ser selecionados pelos meios para serem tratados como notícia?

O processo de organização do trabalho jornalístico, desde o contato com fontes, definições da notícia às produções textuais, reúne um conjunto de regras que são conhecidas como critérios de noticiabilidade. São eles que transformam acontecimentos em notícia.



Basicamente, notícias são tudo que os jornalistas interpretam como tal. Ao mesmo tempo, são exigidos dos acontecimentos, vários requisitos – do ponto de vista dos jornalistas – para que eles adquiram existência pública.

Noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (Wolf, 1995, p.170)

Os teóricos do jornalismo e os manuais de redação enumeram valores para que os acontecimentos sejam considerados como notícia, esses valores contribuem para uma seleção hierárquica dos fatos, que no caso das páginas dos jornais podem ocupar mais ou menos espaço, maior ou menor destaque.

(Traquina, 2005, p.65) chama o meio jornalístico de comunidade interpretativa. Para ele, os fatores que influenciam no fluxo da notícia são denominados “valores-noticias”. Estes, por sua vez, são valores subjetivos que determinam a importância de um fato. Eles enumeram os valores notícias de modo que quanto maiores eles forem, maior a importância da notícia e maior probabilidade de que ela seja publicada.

1. Frequência, ou seja, duração dos acontecimentos
2. Amplitude do evento, ou seja, números envolvidos
3. Clareza ou falta de ambiguidade
4. Significância, relacionada com a proximidade geográfica e cultural
5. Consonância, isto é, a previsão de que determinado evento vá ocorrer
6. Caráter inesperado
7. Continuidade, ou seja, a retratação de um acontecimento que já ganhou noticiabilidade
8. composição, ou necessidade de manter um equilíbrio entre as notícias com uma diversidade de assuntos abordados
9. Influência das nações de elite, notícias relacionadas com países mais poderosos têm maior destaque do que notícias relativas a países de menor expressão política e econômica.
10. Referência a pessoas de elite, pessoas ricas, poderosas, influentes e famosas tem mais probabilidade de serem noticiadas;
11. Personalização
12. Negatividade, ou seja, seguindo a máxima *bad news is good news* que quer dizer “más notícias são boas notícias”

Como pode-se perceber, os critérios de noticiabilidade que dão valor noticioso aos acontecimentos, coincidem na maior parte dos teóricos do jornalismo, e por conseguinte na atividade jornalística rotineira. (Noblat, 2003, p.31) afirma que esses critérios como o de interesse, que determinam o que é notícia, são ensinados em todos os manuais de redação, mas fora dos manuais, notícia é na verdade é tudo o que os jornalistas escolhem para oferecer ao público.

4.1 - Para eleger a manchete

Eleger uma manchete requer um esforço árduo de uma equipe de jornalistas. Dar existência pública a um fato não é um trabalho tão simples. A cada dia sai uma nova manchete no jornal, e com essa mesma frequência acontecem duas reuniões na redação para definir os assuntos de relevância e que merecem destaque para a 1ª página. As reuniões são de grande importância para a escolha da manchete, os editores presentes expõem os assuntos que trabalharam durante o dia e argumentam a sua importância.

O jornal também é um negócio. E a manchete é sua principal ferramenta de marketing, é o apelo para atrair o consumidor leitor. “A capa do jornal tem que fazer com que o leitor acredite que ali estão, realmente os fatos mais importantes do dia, sendo a manchete supostamente o fato principal”. (LEAL, 2006, p.39.)

Para (Amaral, 1997, p.85), uma matéria só está completa com a titulação, o uso de caracteres grandes tem a finalidade de anunciar a notícia de forma clara, objetiva e atraente.

Precisa atrair o leitor e conquistá-lo para a compra do jornal ou revista, preferência por palavras curtas e usuais. Além de ter que extrair da matéria o que de mais interessante ela contém, o redator é obrigado a realizar o trabalho dentro de determinados limites de palavras e letras, calculando perfeitamente o espaço que lhe é concedido.

E como alerta (Noblat, 2003, p.116), as manchetes existem para estimular a leitura das matérias, se não cumprirem a missão, para nada servem. Ele detalha ainda que os jornais mantêm sua venda até hoje graças a receita de que notícias são aquelas que estimulam conflitos, no que abala as pessoas, no drama e na tragédia e não na comédia ou divertimento. Comprovaremos a seguir, esta afirmação na pesquisa sobre as manchetes ambientais do O Povo.

5 - O meio ambiente nas manchetes do jornal O Povo

A análise realizada no jornal O Povo apresentou cinco manchetes de ambientais no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2006, dentre 279, o que significa 1,79 %. Ver gráfico. Os casos que receberam destaque nas capas serão analisados em duas etapas. Primeiro, as manchetes de capa serão examinadas quanto a similaridade. Posteriormente, as respectivas matérias serão comentadas quanto ao problema ambiental, às vítimas, às fontes, ao acompanhamento e por último serão criticadas quanto as soluções apontadas ou não pelo veículo.

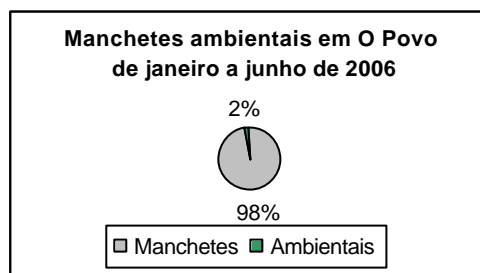


Figura 3.1 Manchetes ambientais em O Povo

Entende-se como manchetes ambientais todas aquelas que tratam de fatos relativos ao meio ambiente em toda a sua complexidade, desde os recursos naturais, ao homem e a sua organização no espaço.

(Leal, 2006), em pesquisa sobre as manchetes dos dois jornais de maior circulação em Fortaleza, Diário do Nordeste e O Povo, no período de outubro de 2005 a março de 2006, constatou que as manchetes correspondentes as editorias de polícia, política e economia lideram o ranking. Meio ambiente não é citado nos resultados do levantamento realizado.

5.1 - Quanto à similaridade

O local onde o fato acontece aparece em quatro das cinco manchetes ambientais. Este é um fator que está relacionado aos critérios de noticiabilidade de proximidade, descritos pelos teóricos analisados. A proximidade geográfica de um fato, assim como a cultural, passa a aumentar o grau de significado que o acontecimento representa para o leitor. Notícias sobre acontecimentos, pessoas e interesses mais próximos do leitor têm mais importância tanto para os editores como para o público.

Uma das manchetes apresenta um país em destaque. Isso pode ser justificado pela teoria de (Traquina, 2005) que determinam que referências a nações de elite são valores noticiais que dão importância noticiosa a um fato. A tese é de que as notícias que tratam de nações de elite ou potências mundiais, são mais importantes e têm maior destaque do que notícias relativas a países de menor expressão política e econômica. (Souza, 2002) concorda com este valor noticial e afirma que eles tendem a excluir da cobertura noticiosa as nações de menor prestígio em favor das poderosas.

Tragédia Ambiental: nove toneladas de peixes são mortos	Local
Guerra da lagosta: Brasil e EUA investigam o tráfico	
A luta pela água no Ceará	
Dano Ambiental: Ceará tem 171 cidades sem aterro sanitário	
Fortaleza debaixo d'água: 119 milímetros de sufoco	

Tabela 3.4: Manchetes ambientais analisadas quanto a similaridade do fator local

O dado quantitativo, o uso de números, também é predominante, aparece em três manchetes. Este, corresponde a um critério de noticiabilidade que está relacionado com a amplitude do fato. Quanto maiores os números envolvidos maior a probabilidade de o acontecimento ser noticiado.

Tragédia Ambiental: nove toneladas de peixes são mortos	Números
Guerra da lagosta: Brasil e Ceará investigam o tráfico	
A luta pela água no Ceará	
Dano Ambiental: Ceará tem 171 cidades sem aterro sanitário	
Fortaleza debaixo d'água: 119 milímetros de sufoco	

Tabela 3.5: Manchetes ambientais analisadas quanto a similaridade do fator número

Observa-se o tom trágico dado às questões ambientais tratadas no jornal quando elas chegam às manchetes. As palavras tragédia, mortos, guerra, tráfico, luta e dano carregam em si tons de desgraça e infortúnio. A morte é um acontecimento carregado de valor e é considerado um tema de interesse geral. Onde há morte há notícia. Para (Traquina, 2005, p. 69), a morte é um valor noticial fundamental para a comunidade interpretativa e isso é uma das razões que explica o negativismo nas manchetes. E

acrescenta: “Podemos dizer que todos nós seremos notícia uma vez na vida – no dia seguinte a morte, ou nas páginas interiores ou com destaque na primeira página”. Acidentes, por não serem acontecimentos de rotina são, para qualquer pessoa, ocorrências notáveis, portanto se tornam acontecimentos públicos.

Tragédia Ambiental: nove toneladas de peixes são mortos	Expressões trágicas
Guerra da lagosta: Brasil e Ceará investigam o tráfico	
A luta pela água no Ceará	
Dano Ambiental: Ceará tem 171 cidades sem aterro sanitário	
Fortaleza debaixo d’água : 119 milímetros de sufoco	

Tabela 3.6: Manchetes ambientais analisadas quanto a similaridade do fator expressões trágicas

O elemento natural é a principal característica das manchetes ambientais: peixes, lagosta e água. A única exceção no recorte é uma manchete que não traz nenhuma palavra que designe um elemento natural, contudo se auto intitula ambiental.

Para (Amaral, 1997), os animais e os vegetais ocupam um espaço importante na escala de interesse dos leitores. Os animais, sejam eles domésticos ou não, sociais, caça ou outros tipos despertam interesse humano, e muitas vezes estão ligados à natureza sentimental.

Tragédia Ambiental: nove toneladas de peixes são mortos	Elemento Natural
Guerra da lagosta : Brasil e Ceará investigam o tráfico	
A luta pela água no Ceará	
Dano Ambiental: Ceará tem 171 cidades sem aterro sanitário	
Fortaleza debaixo d’água : 119 milímetros de sufoco	

Tabela 3.7: Manchetes ambientais analisadas quanto a similaridade do fator elemento natural

Considerações Finais

O jornalismo ambiental muda de característica conforme a sua região e respectivos veículos. Verificamos em O Povo, uma contribuição para as discussões ambientais na coluna Ecologia e no Caderno Ciência e Saúde. Porém, o debate não é diário e não chega às manchetes com frequência. Revela-se também a necessidade de uma maior competência dos repórteres para tratar do meio ambiente no jornal como de fato ele merece.

Analisando a cobertura ambiental do O Povo, verificamos que a produção de informações merece uma maior atenção para a questão da contextualização dos problemas e soluções, assim como para a educação ambiental.

A temática é abrangente, já que trata da vida em sua organização de espaço e tempo. É também interdisciplinar, porque se relaciona com o campo da política, da educação e cultura. Por ser extremamente ampla, não se satisfaz em retratações ou narrações simplórias, do que, quando e onde. Lugar comum é o que mais se encontra na cobertura ambiental. Porém, não é assim que deveria ser. O papel do jornalismo ambiental não é de repetir o que já se sabe, pelo contrário, este setor de cobertura jornalística deve, acima de tudo, fornecer novas informações e articular soluções.

Números, expressões trágicas tendem a fazer sensacionalismo e não ambientalismo. Desgraças apocalípticas e discursos generalistas devem abrir espaço para uma informação e formação mais incisiva, de modo os que fatos sejam ganchos para discutir as questões em todos os âmbitos de suas problemáticas, além de tentar fomentar no leitor o desejo de participação.

Ainda nos resta questionar também o papel investigativo do jornalismo ambiental. Uma rotina ao sabor das tragédias ou das pautas recorrentes como a do Dia do Mundial do Meio Ambiente, não são suficientes para uma contribuição efetiva. O tratamento do meio ambiente como problema, beleza cênica, com exotismo ou como emperrador do progresso deve ser superado. A imprensa deve acolher o meio ambiente com profundidade na pauta das discussões públicas e políticas e também, desvendar a promiscuidade que existe entres os órgãos ambientais e as indústrias e dar mais voz as Ongs e entidades de defesa.



Os meios de comunicação precisam contribuir para a conscientização e conhecimento da sociedade em relação ao seu meio. Dar competência argumentativa aos indivíduos, para que eles possam ter capacidade de avaliação, mudança comportamental e contribuição.

Temos que refletir também, no que diz respeito ao comunicador, sobre a sua formação para o meio ambiente. A ausência de discussão sobre a questão já começa nas universidades e continua na rotina das redações. Mas já que as universidades e órgãos institucionais são as principais fontes da cobertura ambiental, deve – se buscar ampliar mais ainda o estreitamento de relação entre imprensa e as instituições, para que haja uma capacitação recorrente para o meio jornalístico.

Referências bibliográficas

- AMARAL, Luiz. Jornalismo de Primeira Página. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ANTUNES, Gibson. Manual de Redação e Estilo. Jornal O Povo. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 2003.
- TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. Estilo jornalístico na comunidade interpretativa internacional. Florianópolis: Insular, 2005.
- SOUSA, Jorge Pedro. Teorias da notícia e do jornalismo. Chapecó: Argos, 2002.
- PATRÍCIO, Edgar. O meio ambiente nos meios: cobertura jornalística da questão ambiental. Fortaleza, 26/04/07. Palestra ao Curso de Comunicação Social da Universidade de Fortaleza.
- NOBLAT, Ricardo. A arte de fazer um jornal diário. 3ªed. São Paulo: Contexto, 2003.
- WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. 4ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.
- OLIVEIRA, Denise da Costa. Jornalismo Científico. São Paulo: Contexto, 2002.
- LEAL, Joelma Oliveira. Aconteceu, virou manchete? Um estudo das manchetes do jornal O Povo e Diário do Nordeste. Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2006.